



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

## **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SNC Nº 10/2008**

**Prazo: 15 de outubro de 2008**

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM submete, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), à Audiência Pública, nos termos do art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a minuta (em anexo) da Deliberação que referenda o pronunciamento CPC 09 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis intitulado “**Demonstração do Valor Adicionado**”.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o de regular a apresentação dessa nova demonstração contábil, exigida a partir da aprovação da Lei nº 11.638/2007, que introduziu o item “V” no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, de nº 6.404/76:

*"Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, ...  
V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado."*

Essa nova demonstração é uma das peças do Balanço Social, que representa um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. É um poderoso referencial de informações nas políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

A Demonstração do Valor Adicionado não é prevista em qualquer pronunciamento do IASB – International Accounting Standards Board, mas pela relevância de suas informações foi introduzida de forma obrigatória para as companhias abertas. Sugere-se, pela sua importância, que as demais empresas também a adotem.

Por ser uma demonstração que há poucos anos vem sendo elaborada e divulgada no Brasil, a CVM e o CPC solicitam aos profissionais ligados à área contábil (contadores, auditores, analistas, pesquisadores, professores e demais usuários das informações contábeis) que apresentem sugestões no sentido de melhorar a qualidade dessa demonstração.

As sugestões e comentários, por escrito, deverão ser encaminhados, **até o dia 15 de outubro de 2008**, à Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria, preferencialmente através do endereço eletrônico [AudPublicaSNC1008@cvm.gov.br](mailto:AudPublicaSNC1008@cvm.gov.br) ou para a Rua Sete de Setembro, 111/27º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20050-901. Esclarecimentos adicionais sobre a minuta de Pronunciamento CPC-09 poderão ser obtidos na página principal do CPC: <http://www.cpc.org.br>. As sugestões e comentários recebidos serão considerados de acesso público.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2008.

*Original assinado por*  
**ELI LORIA**  
**Presidente em Exercício**

**DELIBERAÇÃO CVM Nº XXX, DE XX DE XXXXXXXX DE 2008**

Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado.

A **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM** torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, com fundamento no §3º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinado com os incisos II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e tendo em vista, ainda, o disposto no inciso V do art. 176 da referida Lei nº 6.404 e no art. 7º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007;

**DELIBEROU:**

I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 09, anexo à presente Deliberação, que trata da Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;

II – facultar às companhias abertas a apresentação comparativa da Demonstração do Valor Adicionado, exceto para aquelas que elaboraram e divulgaram esta demonstração no exercício anterior;

III - que esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008.

**MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA**  
**Presidente**



**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**  
**PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

**PRONUNCIAMENTO**

<b>Conteúdo</b>	<b>Item</b>
<b>OBJETIVO E ALCANCE</b>	<b>1 - 2</b>
<b>ALCANCE E APRESENTAÇÃO</b>	<b>3 – 8</b>
<b>DEFINIÇÕES</b>	<b>9</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES DA DVA</b>	
<b>FORMAÇÃO DA RIQUEZA</b>	<b>10 – 14</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA</b>	<b>15</b>
<b>CASOS ESPECIAIS – ALGUNS EXEMPLOS</b>	<b>16 - 27</b>
<b>ATIVIDADE DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (BANCÁRIA)</b>	
<b>FORMAÇÃO DA RIQUEZA</b>	<b>28 – 29</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA</b>	<b>30</b>
<b>ATIVIDADES DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA</b>	
<b>FORMAÇÃO DA RIQUEZA</b>	<b>31 – 32</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA</b>	<b>33</b>
<b>MODELOS</b>	



## **Objetivo**

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer critérios para elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.
2. Sua elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico deste CPC Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado do Exercício.

## **Alcance e Apresentação**

3. A entidade deve elaborar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada período.
4. A elaboração da DVA consolidada deve basear-se nas demonstrações consolidadas e evidenciar a participação dos sócios não controladores conforme o modelo anexo.
5. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.
6. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:
  - a) pessoal e encargos;
  - b) impostos, taxas e contribuições;
  - c) juros e aluguéis;
  - d) juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos;
  - e) lucros retidos/prejuízos do exercício.
7. O modelo utilizado para as entidades prestadoras de serviços comerciais e industriais é exatamente o mesmo. Outros modelos para atividades específicas, tais como a atividade de intermediação financeira (instituições bancárias), seguradoras e entidades de previdência, também estão incluídos neste Pronunciamento.
8. Os itens mínimos componentes do modelo para as entidades prestadoras de serviços comerciais e industriais estão apresentados na seqüência, e o modelo propriamente dito está ao final deste Pronunciamento.

## **Definições**

9. Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento com os significados abaixo especificados:



Valor adicionado representa a riqueza produzida pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Mas inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Receitas de vendas de mercadorias, produtos e serviços representam os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do exercício.

Outras receitas representam os valores que sejam oriundos, principalmente, de baixas por alienação de ativos não-correntes, tais como resultados na venda de imobilizado, de investimentos etc. e outras incluídas no resultado que não sejam reconhecimento de transferência à entidade de riqueza criada por outras entidades.

Diferentemente dos critérios contábeis, também incluem valores que não passam pela demonstração do resultado do exercício, como, por exemplo, aqueles relativos à construção de ativos para uso próprio da entidade (conforme item 19) e aos juros pagos ou creditados que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de longo prazo (normalmente, imobilizados). No caso dos estoques de longa maturação, os juros a eles incorporados deverão ser destacados como distribuição da riqueza no momento em que os respectivos estoques forem baixados; dessa forma, não há que se considerar esse valor como outras receitas.

Insumos adquiridos de terceiros representam os valores relativos às aquisições de matérias-primas, mercadorias, materiais, energia, serviços etc. que tenham sido transformados em despesas do período. Enquanto permanecerem nos estoques, não compõem a formação da riqueza criada e distribuída.

Depreciação, amortização e exaustão representam os valores reconhecidos no período e normalmente utilizados para conciliação entre o fluxo de caixa das atividades operacionais e o lucro líquido.

Valor adicionado recebido em transferência representa a riqueza que não tenha sido gerada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida, como receitas financeiras, de equivalência patrimonial, dividendos, aluguel, royalties etc. Precisa ficar destacado, inclusive para evitar dupla-contagem em certas agregações.

### **Características das informações da DVA**

10. A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante um determinado período.

11. Existem, todavia, diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização das receitas, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período. Essas diferenças serão tanto menores quanto menores forem as diferenças entre os estoques inicial e final para o período considerado. Em outras palavras, admitindo-se a inexistência de estoques inicial e final, os valores encontrados com a utilização de conceitos econômicos e contábeis convergirão.



12. Para os investidores e outros usuários, essa é uma demonstração que proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de uma melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade que a abriga. A decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de um investimento poderá ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer.

13. A DVA elaborada por segmento (tipo de clientes, atividades, produtos, área geográficas e outros) poderá representar informações ainda mais valiosas no auxílio da formulação de predições e sua divulgação é incentivada.

## **Formação da riqueza**

### **Riqueza criada pela própria entidade**

14. A DVA, em sua primeira parte, deve apresentar de forma detalhada a riqueza produzida pela entidade. Os principais componentes da riqueza produzida estão apresentados a seguir nos seguintes itens:

#### **Receitas**

Vendas de mercadorias, produtos e serviços - Inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

Outras receitas - Da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/Constituição - Inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

#### **Insumos adquiridos de terceiros**

Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - Inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.

Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros.

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é, pois, diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado.

Perda/Recuperação de valores ativos - Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos etc. Também devem ser incluídos os valores levados ao resultado do período, tanto na formação quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme aplicação do CPC-01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor



líquido for positivo, deverá ser somado).

Depreciação, amortização e exaustão - Inclui a despesa ou o custo contabilizados no período.

### **Valor Adicionado recebido em transferência**

Resultado de equivalência patrimonial - O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.

Receitas financeiras - Inclui todas as receitas financeiras independentemente de suas origens.

Outras receitas - Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia etc.

### **Distribuição da riqueza**

15. A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

Pessoal – valores apropriados ao custo ou ao resultado do exercício na forma de:

- *Remuneração direta* - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados etc.
- *Benefícios* - representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
- FGTS – representado pelos valores depositados em contas vinculadas aos empregados;

Impostos, taxas e contribuições - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representarão a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

- *Federais* – aqui são incluídos os tributos recolhidos e administrados pela União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
- *Estaduais* – inclui os tributos recolhidos e administrados pelos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
- *Municipais* – inclui os tributos recolhidos e administrados pelos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- *Juros* - devem ser consideradas as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido ativados no período.



- *Aluguéis* - devem ser considerados os aluguéis (incluindo-se as despesas com *leasing* operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
- *Outras* - devem ser consideradas outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais etc.

Remuneração de capitais próprios - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

- *Juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos* - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JSCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
- *Lucros retidos/Prejuízos do exercício* - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JSCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deverá ser incluído com sinal negativo.
- As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP, independentemente de serem registradas como passivo (JSCP a pagar) ou como reserva de lucros, deverão ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

### **Casos especiais - alguns exemplos**

#### **Depreciação de itens reavaliados ou avaliados ao valor justo (*fair value*).**

16. A reavaliação de ativos e a avaliação de ativos ao seu valor justo provocam alterações na estrutura patrimonial da empresa e, por isso, normalmente requerem o registro dos seus efeitos tributários.
17. Os resultados da empresa serão afetados sempre que houver a realização dos respectivos ativos reavaliados ou avaliados ao valor justo. Quando a realização de determinado ativo ocorrer pelo processo normal de depreciação, por consequência a DVA também será afetada. Assim, no momento da realização da reavaliação ou da avaliação ao valor justo, deve-se incluir esse valor como “outras receitas” na DVA, bem como reconhecerem-se os respectivos tributos na linha própria de Impostos, taxas e contribuições.

#### **Ajustes de exercícios anteriores**

18. Os ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a um exercício anterior ou da mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela entidade, devem ser adaptados nas demonstrações contábeis relativas ao período mais antigo apresentado para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

#### **Ativos construídos pela empresa para uso próprio**

19. A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Nessa construção diversos fatores de produção são utilizados, inclusive a contratação de recursos externos e a utilização, de fatores internos, como mão-de-obra, com os consequentes custos que essa contratação e utilização provocam. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a uma produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita. A mão-de-





obra própria alocada é considerada como distribuição, e eventuais juros ativados e tributos também recebem esse mesmo tratamento.

20. À medida que tais ativos entrem em operação, a geração de resultados desses ativos receberá tratamento idêntico aos resultados gerados por qualquer outro ativo adquirido de terceiros; portanto, sua depreciação também deverá receber igual tratamento.

21. Para evitar o desmembramento das despesas de depreciação, na elaboração da DVA, entre os componentes que serviram de base para o respectivo registro do ativo construído internamente (materiais diversos, mão de obra, impostos, aluguéis e juros), os valores gastos nessa construção deverão, no período da construção, ser tratados como outras receitas. Da mesma forma, os componentes de seu custo serão alocados na DVA seguindo-se suas respectivas naturezas.

22. Referido procedimento de reconhecimento dos valores gastos no período como outras receitas, além de aproximar do conceito econômico de valor adicionado, evita controles complexos adicionais, que podem ser custosos, durante toda a vida útil econômica do ativo.

### **Distribuição de lucros relativos a exercícios anteriores**

23. A Demonstração do Valor Adicionado está estruturada para ser elaborada a partir da Demonstração do Resultado do Exercício. Assim, há uma estreita vinculação entre essas duas demonstrações e essa vinculação deve servir para sustentação da consistência entre elas. Mas ela tem também uma interface com a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados na parte em que movimentações nesta conta dizem respeito à distribuição do resultado do exercício apurado na demonstração própria.

24. A entidade é livre, dentro dos limites legais, para distribuir seus lucros acumulados, sejam eles oriundos do próprio exercício ou de exercícios anteriores. Porém, pela vinculação referida no item anterior, os dividendos que compõem a riqueza distribuída pela entidade devem restringir-se exclusivamente à parcela relativa aos resultados do próprio exercício. Dividendos distribuídos relativos a lucros de períodos anteriores não são considerados, pois já figuraram como lucros retidos naqueles respectivos períodos.

### **Substituição Tributária**

25. A legislação brasileira, por meio de dispositivos legais próprios, permite a transferência de responsabilidade tributária a um terceiro, desde que vinculado ao fato gerador do tributo. Essa transferência de responsabilidade, que pode ser total ou parcial e tem como finalidade precípua a garantia de recolhimento do tributo, é efetivada de duas formas: regressiva e progressiva.

26. A substituição tributária progressiva ocorre com a antecipação do pagamento do tributo que só será devido na(s) operação(ões) seguinte(s). Do ponto de vista do substituto tributário (normalmente fabricante ou importador), deve-se incluir o valor do “imposto antecipado” no faturamento bruto e depois apresentá-lo como dedução desse faturamento para se chegar à receita bruta.

27. No caso da substituição tributária regressiva, por exemplo, quando o comerciante realiza uma operação com um produtor rural e é responsável pelo recolhimento do tributo, poderão ocorrer duas situações: no caso de o comerciante ter direito ao crédito na operação seguinte, quando o valor do tributo recolhido deverá ser tratado como impostos a recuperar, na DVA o valor dos impostos incidentes sobre as



vendas serão considerados pelo valor total, uma vez que foram recolhidos pelo próprio comerciante; se o comerciante não fizer jus ao crédito do tributo, o valor recolhido deverá ser tratado como custo dos estoques.

### **Atividade de intermediação financeira (bancária)**

#### **Formação da riqueza**

28. Os principais componentes na formação da riqueza nessa atividade estão apresentados a seguir:

Receitas de intermediação financeira - Inclui as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.

Receita de prestação de serviços - Inclui as receitas relativas à cobrança de taxas por prestação de serviços.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/Constituição - Inclui os valores relativos à constituição/baixa da provisão.

Outras receitas - Inclui parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade etc. Inclui também valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

29. Na atividade bancária, por convenção, assume-se que as despesas com intermediação financeira devem fazer parte da formação líquida da riqueza e não de sua distribuição.

Despesas de intermediação financeira - Inclui os gastos com operações de captação, empréstimos, repasses, arrendamento mercantil e outros.

#### **Insumos adquiridos de terceiros**

Materiais, energia e outros - inclui valores relativos às despesas originadas de aquisições e pagamentos a terceiros.

Serviços de terceiros - inclui gastos de pessoal que não seja próprio.

Perda/Recuperação de valores ativos - Inclui valores relativos a ajustes a valor de mercado de investimentos (se no período o valor líquido for positivo, deverá ser somado).

Depreciação, amortização e exaustão - Inclui a despesa contabilizada no período.

#### **Valor Adicionado recebido em transferência**

Resultado de equivalência patrimonial - O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa, devendo esta última ser considerada como redução ou valor negativo.

Outras receitas - Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia etc.



## **Distribuição da riqueza**

30. A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

Pessoal – valores apropriados ao custo ou ao resultado do exercício na forma de:

- *Remuneração direta* - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da diretoria, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados etc.
- *Benefícios* - representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
- *FGTS* - representado pelos valores depositados em contas vinculadas aos empregados.

Impostos, taxas e contribuições - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a entidade esteja sujeita.

- *Federais* - aqui são incluídos os tributos recolhidos e administrados pela União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, etc. Inclui também a contribuição sindical patronal.
- *Estaduais* - inclui os tributos recolhidos e administrados pelos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias, etc., tais como o IPVA.
- *Municipais* - inclui os tributos recolhidos e administrados pelos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- *Aluguéis* - devem ser considerados os aluguéis (incluindo-se as despesas com *leasing* operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos .
- *Outras* - devem ser consideradas outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como *royalties*, franquia, direitos autorais etc.

Remuneração de capitais próprios - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

- *Juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos* - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JSCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
- *Lucros retidos/Prejuízos do exercício* - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JSCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deverá ser incluído com sinal negativo.
- As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP, independentemente de serem registradas como passivo (JSCP a pagar) ou como reserva de lucros, deverão ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.



## **Atividades de seguros e previdência**

### **Formação da riqueza**

31. Os principais componentes na formação da riqueza nessas atividades estão apresentados a seguir:

Receitas com operações de seguros e resseguros - Inclui as receitas com venda de apólices e de operações de cosseguros aceitas, já líquidas dos prêmios restituídos ou cancelados, bem como de resseguros.

Receitas com operações de previdência privada - Inclui as receitas relativas à venda de planos de previdência complementar.

Outras receitas - Inclui outras receitas operacionais de qualquer natureza.

Inclui também receitas oriundas de atividades que não estejam incluídas na operação principal da entidade.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição - Inclui os valores relativos à constituição/baixa da provisão.

Variação das provisões técnicas em operações de seguros - representa o ajuste de prêmios retidos para o regime de competência de acordo com a vigência de cada apólice de seguro.

Variação das provisões técnicas em operações de previdência - representa a variação da provisão matemática de planos de previdência complementar aberta registrada no efetivo recebimento das contribuições.

32. Nas atividades de seguros e previdência, os sinistros retidos e as despesas com benefícios e resgates, que representam o total das indenizações líquidas a serem pagas aos segurados, devem ser deduzidas das receitas.

Sinistros - representam o total das indenizações que são de competência do exercício.

Recuperação de sinistros - são os valores que foram recuperados de terceiros responsáveis por sinistros.

Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - representa o ajuste da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados.

Despesas com benefícios e resgates - representa o total de benefícios concedidos e resgates efetuados de competência daquele exercício.

Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados - representa o ajuste da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados à empresa.

### **Insumos adquiridos de terceiros**

Prêmios de cosseguros e resseguros cedidos - parcela dos prêmios que a seguradora repassa para outras seguradoras com a intenção de dividir responsabilidades para diminuir os riscos.



Transferências cedidas para outras entidades (previdência) - parcela das rendas de contribuições que a previdência repassa para outras previdências com a intenção de dividir responsabilidades para diminuir os riscos.

Materiais, energia e outros - representam os materiais e energia consumidos, despesas gerais e administrativas e todas aquelas que não possuem um tratamento específico, adquiridos de terceiros.

Serviços de terceiros, comissões líquidas - total de recursos pagos a terceiros por prestação de serviços, além das comissões pagas aos corretores.

Variação das despesas de comercialização diferidas - representa o ajuste das despesas de comercialização (basicamente, comissões) para o regime de competência de acordo com a vigência de cada apólice de seguro.

Perda/Recuperação de valores ativos - Inclui valores relativos a valor de mercado de investimentos (se no período o valor líquido for positivo, deverá ser somado).

Depreciação, amortização e exaustão - Deve incluir a despesa contabilizada no período.

### **Valor Adicionado recebido em transferência**

Receitas financeiras - decorrentes das aplicações em títulos e outras aplicações financeiras.

Resultado de equivalência patrimonial - inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo. O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa: se despesa, deve ser informado entre parênteses.

Outras receitas - Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia etc.

### **Distribuição da riqueza**

33. A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

Pessoal – valores apropriados ao custo ou ao resultado do exercício na forma de:

- *Remuneração direta* - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da diretoria, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados etc.
- *Benefícios* - representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
- *FGTS* - representado pelos valores depositados em contas vinculadas aos empregados.

Impostos, taxas e contribuições - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que representem ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a entidade esteja sujeita.



- *Federais* – aqui são incluídos os tributos recolhidos e administrados pela União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL etc. Inclui também a contribuição sindical patronal.

- *Estaduais* – inclui os tributos recolhidos e administrados pelos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o IPVA.

- *Municipais* – inclui os tributos recolhidos e administrados pelos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todos ou em parte às Autarquias ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- *Juros* - devem ser consideradas as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido ativados no período.

- *Aluguéis* - devem ser considerados os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

- *Outras* - devem ser consideradas outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais etc.

Remuneração de capitais próprios - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

- *Juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos* - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JSCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

- *Lucros retidos/Prejuízos do exercício* - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JSCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deverá ser incluído com sinal negativo.

- As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP, independentemente de serem tratadas como passivo (JSCP a pagar) ou como reserva de lucros, deverão ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.


**M O D E L O S**
**Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL**

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		



**CVM** *Comissão de Valores Mobiliários*

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SNC Nº 10/2008

8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

**(\*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.**




**Demonstração do Valor Adicionado - BANCOS**

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
<b>2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>		
<b>5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>		
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>		
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *</b>		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		



**CVM** *Comissão de Valores Mobiliários*

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SNC Nº 10/2008

9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

**O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.**


**Demonstração do Valor Adicionado - SEGURADORAS**

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Receitas com operações de seguros		
1.2) Receitas com operações de previdência privada		
1.3) Outras receitas operacionais		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
1.5) Outras		
<b>2 – VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>		
2.1) Operações de seguros		
2.2) Operações de previdência		
<b>3 – RECEITA OPERACIONAL (1+2)</b>		
<b>4 – SINISTROS RETIDOS E DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES</b>		
4.1) Sinistros		
4.2) Recuperações de sinistros		
4.3) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.4) Despesas com benefícios e resgates		
4.5) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
<b>5 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
5.1) Prêmios de cosseguros e resseguros cedidos		
5.2) Transferências cedidas para outras entidades (previdência)		
5.3) Materiais, energia e outros		
5.4) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.5) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.6) Perda / Recuperação de valores ativos		
<b>6 - VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)</b>		
<b>7 – DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>8 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)</b>		



<b>9 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Outras		
<b>10 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (8+9)</b>		
<b>11 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *</b>		
11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de Capitais Próprios		
11.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

**O total do item 11 deve ser exatamente igual ao item 10.**